

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Notícias Gerais

Período de Análise: 01/09/2015 a 30/09/2015

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Odebrecht é condenada por condições análogas à escravidão em Angola – Folha de São Paulo, Mercado. 02/09/2015

A Justiça do Trabalho condenou a construtora Odebrecht e duas subsidiárias ao pagamento de R\$ 50 milhões por danos morais e coletivos a trabalhadores que teriam sido submetidos à condição análoga à escravidão nas obras da construção da usina de cana-de-açúcar Biocom, em Angola.

Segundo comunicado do Ministério Público do Trabalho, essa é a maior condenação por condições de trabalho análogas à escravidão da história da Justiça brasileira. A empresa nega as acusações e informa que irá recorrer.

São réis no processo a construtora Norberto Odebrecht, a Odebrecht Agroindustrial (antiga ETH) e a Odebrecht Serviços de Exportação.

Para o juiz Carlos Alberto Frigieri, da 2ª Vara do Trabalho de Araraquara (SP), os operários brasileiros que ergueram a usina, localizada em Malanje (Angola), foram submetidos a condições de trabalho "sem as garantias mínimas de saúde e higiene, respeito e alimentação, evidenciando-se o trabalho degradante, inserido no conceito de trabalho na condição análoga a de escravo".

Na sua decisão, o juiz ainda considerou que a empresa promoveu o "aliciamento de trabalhadores e tráfico de pessoas" por transportar operários para Angola com vistos ordinários, em vez de vistos de trabalho.

Em nota divulgada nesta quarta-feira (3), a Odebrecht nega condições degradantes de trabalho ou análogas à escravidão, aliciamento dos trabalhadores e tráfico internacional de pessoas.

A empresa afirma que os alojamentos oferecidos aos trabalhadores eram adequados, a alimentação era de qualidade e que o direito de ir e vir dos operários foi sempre respeitado.

Diz ainda que os trabalhadores defendidos pelo MPT foram contratados de forma regular e direta por empresas brasileiras especializadas na construção de usinas de etanol e açúcar que, por sua vez, foram contratadas pela Biocom.

Segundo a companhia, um "amplo material probatório produzido nos autos da ação" suportam a sua defesa.

Cutrale é condenada a pagar R\$ 200 mil por dano moral coletivo. Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 09/09/2015

SÃO PAULO - O Ministério Público do Trabalho (MPT) informou que o juiz Maurício de Almeida, da 2ª Vara do Trabalho de Araraquara, no interior paulista, condenou a Cutrale, segunda maior exportadora de suco de laranja do país e do mundo, a pagar uma indenização por dano moral coletivo de R\$ 200 mil por dano moral por suprimir descansos semanais. Cabe recurso ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

“Segundo documentos que constam nos autos do processo, os funcionários costumavam trabalhar até 27 dias seguidos. Além da indenização, a Cutrale deve passar a assegurar aos seus empregados o aproveitamento do descanso semanal, sob pena de multa de R\$

15 mil por mês em que se verificar a violação e por empregado que for encontrado em situação irregular”, informou o MPT em comunicado.

Procurada, a Cutrale informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que não foi notificada da decisão e que, portanto, estava “impossibilitada” de se posicionar sobre a condenação. Mas a empresa reiterou “que cumpre com todas as normas previstas na legislação trabalhista”.

Presidente da CNA quer Brasil com mais 500 mil produtores rurais na classe média – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 11/09/2015

Brasília (10/09/2015) – Não basta a constatação de que a agropecuária sofreu uma evolução, nas últimas décadas, para o presidente da CNA, João Martins, no Brasil houve a construção de uma nova atividade, mais produtiva, competitiva, moderna, reconhecida globalmente. Entretanto, faltam ainda diretrizes para que ocorra mais inclusão no campo, com mais renda para a população rural.

“A expectativa é que o país promova a ascensão de pelo menos 500 mil produtores rurais à classe média”, disse João Martins, em encontro com o novo embaixador brasileiro na China, Roberto Jaguaribe, nesta quinta-feira, (10/09), na sede da Confederação, em Brasília.

O presidente da CNA reafirmou a importância estratégica da China para os produtores agropecuários brasileiros, destacando as ações de governo e da iniciativa privada para consolidar novas relações comerciais com aquele país. “A ministra Kátia Abreu tem agido como ponta de lança e nós como apoio para os projetos de interesse. Mas, temos empreendido ações no mercado globalizado. Reconhecemos a grandeza do país no cenário mundial. Esperamos que os chineses não apenas invistam aqui, mas devemos criar condições para que os equipamentos agrícolas deles cheguem com preços mais acessíveis que os disponíveis no Brasil atualmente”, acrescentou.

A China tem genuíno interesse no Brasil, garantiu o embaixador Roberto Jaguaribe, assegurando que buscar os caminhos de convergência determinará qualidade das relações entre os países. Na visão de Jaguaribe, a China procura se relacionar com as nações principalmente com base na confiança. “Só nos firmaremos como parceiros privilegiados, quando estabelecermos ligações de confiabilidade”.

Para o embaixador brasileiro na China, o país asiático é estratégico no equilíbrio geopolítico do mundo e, pelas dimensões territoriais, econômicas e da população, representa almejado destino para o comércio mundial, especialmente de exportações de alimentos. O Brasil como um dos grandes produtores de alimentos do mundo deveria ser visto como parceiro natural. Entretanto, acredita o diplomata, “os chineses, por diversas razões, inclusive históricas, não querem ter dependência de nenhum outro país. Com essa visão, devemos atuar construindo relações plenas de confiança recíprocas, explorando os caminhos da convergência”.

Roberto Jaguaribe defendeu ainda que o Brasil encontre e viabilize as soluções para as barreiras fitossanitárias, sobre as quais, acredita ele, o país tem sido acusado de “fragilidades ilegítimas”. Em sua opinião, as exigências, às vezes, são mais rigorosas

para o Brasil. Do ponto de vista ambiental, “alcançamos sustentabilidade que poucos países são capazes de manter, a rigor nós é que deveríamos adotar postura de exigir conduta semelhante de nossos parceiros comerciais”, concluiu o embaixador, colocando seus esforços diplomáticos pelo interesse do setor agropecuário brasileiro.

Os ataques a indígenas no MS na visão de uma liderança. Felipe Milanez – Site da Carta Capital, Sociedade. 16/09/2015

Grupos organizados atacam os Guarani Kaiowá em um crime de genocídio. Por Tónico Benites

Tónico Benites, nome de registro formal de Avá Verá Arandú, é uma das principais lideranças do povo Kaiowá-Guarani, no Mato Grosso do Sul. Intelectual brilhante que consegue, como poucos, articular mundos diferentes e em conflito com extrema sabedoria e diplomacia, ele é mestre, doutor e atualmente pós-doutorando em antropologia no Museu Nacional da UFRJ.

Benites escreveu o artigo abaixo para esta coluna em razão dos recentes ataques violentos promovidos por ruralistas, políticos e fazendeiros contra indígenas que reivindicam a demarcação de suas terras, como prevê a Constituição federal de 1988. Estes ataques não são apenas físicos, mas também simbólicos, estruturais, articulados com racismo e discriminação.

Recentemente, os indígenas foram acusados de serem manipulados. Aquilo que escreviam nas redes sociais, diziam, seria uma farsa. Por isso pedi a Avá Verá Arandú, ou Tónico Benites, que contasse a sua versão.

O texto abaixo, escrito por ele, é não apenas uma resposta a essas tentativas de difamações como uma dura denúncia de uma atrocidade em curso nesse momento no Brasil: o genocídio dos povos indígenas Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul. Contra esse crime, que afeta toda a humanidade, eu sou também Guarani-Kaiowá.

Os ataques a indígenas no MS na visão de uma liderança

Por Tónico Benites

No contexto histórico da disputa pela posse das terras entre os indígenas e os ruralistas no Mato Grosso do Sul, os mentores e autores de ataques violentos às comunidades indígenas são pecuaristas, políticos, em geral “ruralistas”, que são também graduados e altamente especializados em paralisar o processo da demarcação das terras indígenas. São, sobretudo, especializados em praticar violência extrema, em atacar, massacrar e expulsar os indígenas de suas terras.

Os ruralistas sempre envolveram segurança particular, ou um grupo criminoso organizado e especializado, no ataque truculento às comunidades indígenas. Esse grupo especializado em assassinar os líderes indígenas sempre dificultou a investigação policial, não deixando vestígio de seus crimes. Essa é uma das razões pelas quais o grupo criminoso ainda não foi preso e nem julgado pela Justiça, impunidade que perdura até hoje.

Em alguns casos, investigações da Polícia Federal e do Ministério Público Federal conseguiram alcançar resultados para identificar os mentores e autores especializados no ataque e assassinato de líderes indígenas.

Por exemplo, o grupo que assassinou o cacique Nísio Gomes, em 18 de novembro de 2011, foi coordenado por um ex-policial. Segundo denúncia do MPF, 19 pessoas participaram desse grupo criminoso, entre eles advogados, ruralistas, políticos, o presidente do sindicato rural local, ex-policial, agentes de segurança particulares especializados. Depois de pouco tempo presos em uma operação, 12 pessoas foram soltas e só sete réus continuaram na cadeia. O corpo do Nísio Gomes ainda não foi encontrado.

Nos últimos três meses, os ruralistas e autores de ataques violentos às comunidades Guarani e Kaiowá passaram a se reunir publicamente antes de atacar e massacrar os indígenas. Esses atos envolvem políticos municipais, estaduais e federais. Foi assim que ocorreu o ataque às comunidades Guarani e Kaiowá de tekohá Kurusu Amba, em 24 de junho de 2015.

Logo antes desse ataque aos indígenas, os ruralistas, organizações ruralistas regionais e estaduais, políticos municipais, agentes policiais militares do Departamento de Operações de Fronteira (DOF), se reuniram na cidade de Amambai (MS). Após a reunião, saíram diretamente e foram atacar, massacrar e expulsar os indígenas, queimando as barracas e os pertences dos indígenas.

Do mesmo modo ocorreu o ataque no município de Antonio João (MS). No dia 29 de agosto de 2015, pela manhã, os ruralistas, organizações ruralistas regionais e estaduais, políticos municipais, estaduais, deputados federais, e um senador, agentes policiais militares do DOF se reuniram na cidade de Antonio João. Igualmente, depois dessa reunião, foram massacrar os indígenas. Nesse ataque, o líder Semião Vilharva foi assassinado com um tiro no rosto e várias pessoas, entre elas muitas crianças, ficaram feridas a bala de borrachas. Tudo a mando dos fazendeiros. É evidente a existência de grupos organizados e articulados em rede, que atacam e assassinam os indígenas Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul.

Logo após o enterro de Semião Vilharva, foi feita uma reunião da organização indígena Aty Guasu no tekohá Ñanderu Marangatu, com a participação das Forças Armadas, do Exército, Fundação Nacional dos Índios (Funai), Comissão de Direitos Humanos e Minorias de Câmara dos deputados federais. Nessa ocasião, os líderes denunciaram à equipe do Exército o genocídio e extermínio que está acontecendo no Mato Grosso do Sul como resposta à luta pela efetivação de direitos. "Nós indígenas perdemos toda a nossa terra, hoje estamos morrendo e perdendo as nossas vidas, dia-a-dia, todos dias morre um indígena em situação de vulnerabilidade por falta de espaço de terra", relatou uma das lideranças.

Enquanto isso os fazendeiros não perdem fazendas nem patrimônio, e nem as suas vidas. Nunca passam fome, pois têm várias fazendas. Nunca vão viver na beira da rodovia em baixo de barracas de lona como nós indígenas. Os fazendeiros não choram dia-a-dia a morte de sua família, como nós. Há uma grande desigualdade nessa luta pela terra.

Essa reunião, com o Exército, foi emocionante. As lideranças indígenas choraram ao testemunhar. Eu chorei muito ao ver de perto a realidade triste e injusta que sofre o meu povo Guarani e Kaiowá, com muita discriminação, racismo, exclusão. É uma indignação. Pedimos Justiça, que nunca chega, sempre impune.

Os adversários dos indígenas na luta pela posse das terras nesse estado não são pessoas pobres e simples, ou então jagunços de ruas. São pessoas ricas e graduadas de organizações ruralistas, agentes de segurança especializados, políticos municipais, estaduais e federais, organizados em torno de um grupo criminoso especializado em atacar, massacrar e expulsar os indígenas de suas terras.

Esse grupo criminoso não assassina a qualquer pessoa indígena: sempre mataram apenas os líderes Guarani e Kaiowá. O jovem líder Semião Vilharva é membro das famílias tradicionais que demandam o tekohá Ñanderu Marangatu, alvo do grupo organizado. Não foi um assassinato que ocorreu ao acaso.

A seguir, vou mencionar alguns tekohá que foram atacados e os nomes dos líderes assassinados pelos agentes do grupo criminoso organizado, desde 2000. Os atos se repetem igualmente nesses últimos anos. Sem nunca terem sido punidos pela Justiça Federal, que é a competente para julgar e punir esses crimes.

Em 2000, na terra indígena Potrero Guasu, em Paranhos (MS), uma terra indígena que já é demarcada, mais de 100 pistoleiros fortemente armados atacaram e massacraram as crianças, mulheres, idosos indígenas Guarani Kaiowá. Esses pistoleiros fraturaram as pernas e os braços das crianças e mulheres idosas. Queimaram todas as habitações indígenas e expulsaram todos os indígenas. Foi cometido o massacre, genocídio e violências pelos fazendeiros contra os indígenas, um genocídio promovido pelos fazendeiros e políticos anti-indígenas. Os mandantes e autores não foram punidos pela Justiça Federal até hoje.

Em 2001, na terra indígena Ka'a Jary, em Amambai (MS), o líder Samuel Martim foi assassinado com um tiro no peito pelos pistoleiros dos fazendeiros. As crianças, idosos, mulheres, Guarani e Kaiowá foram atacadas, torturadas e despejadas violentamente pelos 100 homens fortemente armados. Os pistoleiros fraturaram as pernas e os braços das crianças, mulheres idosas. Os mandantes e autores não foram punidos pela Justiça Federal até hoje.

Em 2003, na terra indígena Takuara-Juti (MS), fazendeiros assassinaram a liderança Marco Verón. Nesse mesmo ataque, crianças, idosos e mulheres Guarani e Kaiowá foram atacadas, queimadas, torturadas e despejadas violentamente por mais de 50 homens fortemente armados. Mas até hoje os assassinos de Marco Veron e os mandantes não foram condenados como assassinos pela Justiça Federal e nem punidos.

Em 2003, no tekohá Pyelito e Mbarakay mais de 100 pistoleiros fortemente armados atacaram e massacraram as crianças, mulheres, idosos indígenas Guarani Kaiowá. Esses pistoleiros fraturaram as pernas e os braços das crianças, mulheres idosas. Queimaram todas as habitações indígenas e expulsaram todos os indígenas. Foi assassinado um jovem indígena e seu cadáver ocultado. Os mandantes e autores não foram punidos pela Justiça Federal até hoje. O corpo ainda não foi encontrado.

Em 2005, a comunidade da terra indígena tekohá Sombrerito, em Sete Queda (MS) foi atacada, casas queimadas, pessoas torturadas e despejadas violentamente por mais de 40 pistoleiros, todos eles homens fortemente armados. Nesse ataque, a liderança indígena Dorival Benites foi assassinado brutalmente pelos fazendeiros. Os mandantes e autores não foram punidos pela Justiça Federal até hoje.

Em 2007, na terra indígena tekohá Kurusu Amba os pistoleiros das fazendas atacaram a tiros, dominaram e torturaram crianças, mulheres, idosos, mataram a tiros idosa de 70 anos ñandesy Xurite Lopes. Os mandantes e autores não foram punidos pela Justiça Federal até hoje.

Em 2008, o grupo de pistoleiros armados atacaram e massacraram a comunidade detekohá Itay-Douradina. Os mandantes e autores não foram punidos pela Justiça Federal até hoje.

Em 2009, na terra indígena tekohá Ypo'i, em Paranhos (MS), os fazendeiros e mais de 100 pistoleiros atacaram, torturaram 80 Guarani e Kaiowá e assassinaram dois líderes indígenas e ocultaram os seus cadáveres: Rolindo Verá e Genivaldo Verá. O cadáver de Rolindo até hoje não foi encontrado e segue ocultado pelos fazendeiros, portanto, um crime continuado. Os mandantes e autores não foram punidos pela Justiça Federal até hoje.

Também em 2009, pistoleiros atacaram a comunidade de Apyka'i, em Dourados (MS), e crianças e idosos foram igualmente atacados, casas queimadas, pessoas torturadas e despejadas violentamente por pistoleiros fortemente armados. Na sequência desse ataque, cinco indígenas foram assassinados pelos pistoleiros das fazendas. Os mandantes e autores não foram punidos pela Justiça Federal até hoje.

Em 2011, crianças, mulheres e idosos de tekohá Pyelito kue-Mbarakay, em Iguatemi (MS) foram atacadas, massacradas e expulsas pelos pistoleiros da empresa de segurança Gaspem, parte desse grupo criminoso organizado. Os mandantes e autores não foram punidos pela Justiça Federal até hoje.

No dia 18 de novembro de 2011, na terra indígena Guaiviry, em Aral Moreira (MS), que fica entre as cidades de Amambai e Ponta Porã, crianças, mulheres, homens, idosos indígenas foram atacados e torturados pelos pistoleiros das fazendas. Nesse ataque, o líder Nísio Gomes foi brutalmente assassinado e seu cadáver ocultado pelo grupo armado. O cadáver do cacique Nísio permanece oculto pelos fazendeiros até hoje, ou seja, um crime continuado. Os mandantes e autores não foram punidos pela Justiça Federal até hoje.

Como mencionei antes, no dia 29 de agosto de 2015, na terra indígena Ñanderu Marangatu, em Antônio João (MS), crianças, mulheres, homens, idosos indígenas foram atacados e torturados pelos pistoleiros das fazendas. Nesse ataque, o líder Semião Vilharva foi brutalmente assassinado pelos pistoleiros das fazendas, com um tiro no seu rosto, ao lado de seu filho. Por enquanto, nenhuma punição ou investigação apontando os autores.

O processo de comércio das terras indígenas no Mato Grosso do Sul pelos governos sucessivos acontece desde o século passado, com políticos vendendo as terras indígenas

à classe rica dominante. Ou seja, os compradores das terras indígenas já são ricos e políticos poderosos. Os povos indígenas Guarani, Kaiowá, Terena, entre outros, e suas terras no atual estado do MS, que faz fronteira seca como Paraguai, foram invadidas e colonizadas.

Há fontes consistentes e diversos documentos oficiais que comprovam essa história recente de compra e venda das terras indígenas, envolvendo no comércio dessas terras somente para a elite, a classe rica, políticos poderoso e os agentes dos governos. Os povos indígenas foram expulsos e dispersados. O Estado-Nação brasileiro doou e vendeu as terras indígenas: isso é uma imensa dívida histórica com os povos indígenas no Mato Grosso do Sul.

As lutas indígenas não são somente para o benefício dos indígenas. Mas uma luta por direitos fundamentais, e uma luta pelo bem viver de todos os seres humanos e futuras gerações, em defesa da biodiversidade e contra as mudanças climáticas que ameaçam a vida humana na terra. É uma luta pelo bem viver de todos.

Hoje, a maioria da nova geração dos indígenas escreve, alguns cursam faculdades e pesquisam. Eu mesmo cursei faculdade, fiz mestrado, doutorado, e hoje curso um pós-doutorado. Nós denunciemos os crimes que estão sendo praticados contra nós indígenas tanto para o governo federal, quanto para o Ministério Público Federal, como para a sociedade em cartas públicas, nas redes sociais em postagens do Facebook, no twitter, em e-mail.

Somos caluniados e difamados por quem nos ataca, segundo os quais nós não escrevemos e não pensamos. Estão errados, mais uma vez. E parabéns aos milhares de universitários e pesquisadores indígenas, estudando e escrevendo todos os dias para fortalecer a nossa luta.

Mato Grosso e o combate ao trabalho escravo. Renan Bernardi Kalil – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 16/09/2015

O Brasil é referência internacional no combate ao trabalho escravo contemporâneo. Os principais instrumentos construídos pelo país foram: (i) o desenvolvimento de um conceito de trabalho escravo que repudia as formas mais intensas de desrespeito à dignidade dos trabalhadores; (ii) a criação de um sistema de fiscalização que atua na repressão do empregador que coisifica o empregado; e (iii) a “lista suja”, que impede os empregadores que reduzem empregados a condições análogas a de escravo de serem financiados por bancos públicos e que mostra para toda a população quem pratica esse crime.

Recentemente ocorreram avanços nessa área, como a alteração do art. 243 da Constituição no ano de 2014. Segundo a nova redação desse dispositivo, em propriedades urbanas e rurais onde for constatada a exploração de trabalho escravo, haverá a expropriação e destinação do imóvel para reforma agrária e programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

Esse avanço legislativo foi utilizado como tentativa de esvaziar o que se entende por trabalho escravo no Brasil. O conceito atualmente existente no Código Penal é um dos mais avançados no mundo e considera como trabalho em condições análogas a de

escravo: (i) trabalho forçado; (ii) servidão por dívida; (iii) condições degradantes; e (iv) jornada exaustiva. Contudo, foi apresentado no Senado o Projeto de Lei n. 432/2013, que pretende regulamentar a eliminação do direito de propriedade nos casos em que for constatada a exploração de trabalho escravo, restringindo o conceito desse crime: a escravidão contemporânea ocorreria somente nos casos de trabalho forçado e de servidão por dívida.

A aprovação deste Projeto fará com que situações nas quais o trabalhador dorme e se alimenta com porcos, faz refeições no chão próximo a fezes de vacas, aloja-se em moradias coletivas, amontado com suas crianças e instrumentos de trabalho e sem condições mínimas de higiene, come em embalagens vazias de agrotóxicos e realiza atividades sem qualquer tipo de proteção sejam consideradas como irregularidades trabalhistas simples.

Em 1928, o peruano José Carlos Mariátegui, ao estudar a sociedade incaica e as liberdades consagradas com as revoluções liberais do século XVIII, afirmou que “hoje uma ordem nova não pode renunciar a nenhum dos progressos morais da sociedade moderna”. Transpondo essa análise para os nossos dias, considerando que o Estado Democrático de Direito coloca em seu centro a dignidade da pessoa humana, podemos dizer que o combate ao trabalho escravo não admite qualquer recuo conceitual que se queira operar na legislação brasileira.

Foi designado como relator do PLS n. 432/2013 o Senador José Medeiros, representante do Estado de Mato Grosso.

O nosso Estado foi pioneiro e inovador no combate ao trabalho escravo. Citamos dois exemplos. O estabelecimento de grupos móveis estaduais para fiscalizar a exploração de trabalho em condições análogas a de escravo, o que tornou mais célere e efetiva a apuração de denúncias e o resgate de trabalhadores em Mato Grosso. E a criação do Projeto Ação Integrada, concebido para garantir uma estrutura de assistência aos trabalhadores socialmente vulneráveis à exploração do trabalho escravo, de forma a promover uma integração socioeconômica e os afastar do ciclo da escravidão contemporânea. Trata-se de um projeto amplamente reconhecido pela sociedade, sendo que diversos órgãos, como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinaram um termo de cooperação em agosto deste ano com o objetivo de fortalecer iniciativas nesse sentido.

O PLS 432/2013 é desnecessário para caracterizar a escravidão contemporânea, tendo em vista que já existe no Código Penal dispositivo que trata desse tema. Fazemos votos que o Senador José Medeiros mantenha a tradição de vanguarda do Estado no combate a esse crime e o conceito de trabalho escravo vigente na legislação brasileira seja mantido.

** Procurador do Trabalho e Mestre em Direito do Trabalho e Seguridade Social pela USP.*

Plano de armazenagem da Conab fica no papel. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 16/09/2015

Tratado como prioridade quando foi anunciado pela presidente Dilma, há pouco mais de dois anos, o plano de modernização e ampliação da rede de armazenagem da

Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) não só não saiu do papel até agora como perdeu importância para o governo. Em tempos de ajuste fiscal, passou a correr o risco de ser esvaziado e virar apenas um breve rascunho daquilo que foi desenhado.

A promessa era investir R\$ 500 milhões na construção de dez armazéns e na reforma de outros 80. O valor já está até defasado, devido ao encarecimento dos custos de serviços e obras - daí porque a Conab já solicitou à Casa Civil um aumento do orçamento para até R\$ 712 milhões -, mas o problema principal é que, até agora, nenhuma obra foi feita.

O governo admite que o programa padece de atrasos crônicos e cogita ao menos reduzir a meta de construção de novas unidades. Até hoje, o Banco do Brasil, responsável por contratar as empresas para tocar os projetos e erguer os armazéns, não licitou uma obra sequer. Procurado, a instituição respondeu, por meio de sua assessoria de imprensa, que "não há atrasos em procedimentos a seu cargo".

Conforme o cronograma inicial, as obras deveriam ser contratadas entre outubro do ano passado e abril deste ano, mas por enquanto houve licitação apenas para as empresas que vão desenvolver os projetos executivos. Uma planilha com a estimativa dos gastos com o plano, divulgada pela Conab, projeta que, na hipótese de o Executivo realmente acatar o custo de mais de R\$ 700 milhões, os últimos armazéns serão entregues somente no mês de fevereiro de 2019 - e não mais em março de 2018

"Sem dúvidas houve atrasos e já contamos com a ideia de cortar obras. A primeira fase de contratação dos estudos durou um ano, ao invés de seis meses", disse uma fonte do governo que acompanha todo o processo. "Obra, de fato, só no ano que vem", disse.

No mês passado, o presidente da Conab, Rubens Rodrigues, disse que "o BB teve alguns problemas nas licitações, porque as empresas contratadas não conseguiram executar o trabalho". Mas, segundo ele, "a sorte é que tudo está sendo refeito e em breve estamos entregando as primeiras unidades".

A estratégia do governo com o plano é ampliar a rede de estoques públicos da Conab e elevar a capacidade total em 800 mil toneladas, voltada basicamente para milho, arroz, trigo e feijão. Hoje, a capacidade é de aproximadamente 2 milhões de toneladas. A prioridade do plano é atender à região Nordeste, onde pequenos produtores rurais frequentemente sofrem com secas e problemas de abastecimento. Entretanto, segundo levantamento da ONG Contas Abertas a pedido da reportagem, de janeiro a agosto deste ano somente R\$ 8 milhões foram empenhados, dos R\$ 222 milhões previstos.

Para Alysson Paolinelli, ex-ministro da Agricultura e atual presidente-executivo da Abramilho, entidade que representa produtores do cereal, o governo não pode se descuidar nessa frente. Pelo contrário, os armazéns da Conab deveriam ser estratégicos, sobretudo em regiões onde não há interesse privado. "Precisamos de armazéns da Conab onde a expansão agrícola é recente, como no norte de Mato Grosso ou no Pará. Mas vemos armazéns públicos desleixados que não estão sendo usados. Se o governo não tem dinheiro, que venda esse patrimônio para empresas ou cooperativas", afirmou.

Como não bastasse os atrasos e o provável esvaziamento, o programa ainda teve mais uma baixa recente: em 21 de agosto último, um decreto assinado pela presidente Dilma tirou R\$ 19 milhões reservados em um primeiro momento para o plano de

armazenagem. Os recursos foram remanejados dentro do orçamento do Ministério da Agricultura e destinados para outro programa, o "Fomento ao Setor Agropecuário".

Segundo o Valor apurou, como a Conab reconheceu que não conseguiria executar todas as verbas do plano de armazéns neste ano, esse montante significou, na prática, repasses para a compra de maquinário agrícola para prefeituras do "Matopiba" (confluência entre os Estados Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A aposta na região integra uma das bandeiras de Kátia Abreu à frente do ministério. Procurados, o Ministério da Agricultura e a Conab não concederam entrevista sobre o assunto.

Feiras da reforma agrária potencializam cadeias produtivas em Santa Catarina – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/09/2015

O impacto positivo da realização das feiras da reforma agrária para a cadeia produtiva da olericultura no planalto catarinense é um dos destaques na pauta de reuniões que acontecem ao longo desta semana (15 a 18/09) em Caçador, Calmon, Matos Costa, Timbó Grande e Santa Cecília. Os encontros são organizados por técnicos da Superintendência do Incra em Santa Catarina (Incra/SC).

Participam representantes do Banco do Brasil e de prefeituras municipais, profissionais da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) junto aos assentamentos, de cooperativas da reforma agrária e integrantes da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). O objetivo é acompanhar os trabalhos dos planos de negócios desenvolvidos para cada cadeia produtiva pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável Integrado (PDSI), do Incra/SC, juntamente com o programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS), do Banco do Brasil.

As feiras surgiram para os agricultores assentados como alternativa de comercialização frente aos mercados institucionais – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) –, entretanto, têm se revelado uma promissora modalidade para incremento da renda familiar, sobretudo para os produtores de hortaliças. Por lidarem com produtos perecíveis, esses agricultores encontraram na venda direta ao consumidor uma ótima forma de destinar sua produção.

É o caso de Neusa e Jucemir Buffon, casal assentado no projeto Hermínio Gonçalves dos Santos, em Caçador. Desde abril, a experiência na feira montada todas as terças em frente ao centro comunitário do Bairro dos Municípios tem originado vendas tão significativas que já é uma das principais atividades da família.

“Quando chegamos pra montar a barraca já tem gente esperando para comprar. Desde a inauguração, nunca faltamos nenhum dia, mesmo agora no inverno, quando é mais difícil produzir hortaliças na região”, revela Jucemir.

Assentados de outros municípios da região também têm se beneficiado com a realização das feiras. Em Calmon e Matos Costa, a população pode adquirir os produtos da reforma agrária todas as sextas-feiras; em Timbó Grande, às quintas-feiras, e em Santa Cecília, um sábado por mês.

MPF/MT denuncia 13 pessoas por invasões à Terra Indígena Marãiwatséde – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 18/09/2015

Os denunciados vão responder por invasão de terras públicas, resistência, associação criminosa, incêndio, roubo, corrupção ativa, incitação ao crime e crime de dano. Confira a reportagem:

O Ministério Público Federal (MPF) denunciou 13 pessoas envolvidas nas sucessivas reinvasões da Terra Indígena Marãiwatséde, em Mato Grosso, ocorridas depois da operação da Força Nacional para retirada de todos os não-índios da área demarcada como território tradicional do povo Xavante.

A denúncia protocolada na Justiça Federal em Barra do Garças (MT) na sexta-feira, 11 de setembro, imputa aos denunciados oito crimes: invasão de terras públicas, resistência, associação criminosa, incêndio, roubo, corrupção ativa, incitação ao crime e crime de dano. A ação está amparada no resultado de dois anos e meio de investigações da Polícia Federal e do Ministério Público Federal iniciadas logo após a operação de desintração – retirada dos não-índios – em dezembro de 2012, em cumprimento a uma decisão judicial que reconheceu o território dos índios Xavante e determinou a retirada de todos os invasores da área de 165 mil hectares.

A investigação comprova que os treze denunciados integravam uma organização que cometeu os crimes na tentativa de impedir o trabalho da Força Nacional para retirada dos invasores do território indígena. A investigação apreendeu recibos de aluguel de ônibus contratados para levar pessoas para dentro da Terra Indígena, no que se transformou em foco de resistência à desintração. Policiais militares e da polícia rodoviária federal foram cercados, ameaçados e sofreram lesões, os veículos que usavam foram depredados.

Logo após a saída da Força Nacional do território Xavante, em janeiro de 2014, a sede da Funai foi invadida, os servidores que estavam no local foram expulsos e o prédio foi incendiado.

A ação da organização criminosa, na tentativa de impedir a efetiva posse da terra pelos índios, também fez ameaças a lideranças da região do Araguaia que apoiavam os índios, servidores da Funai, indigenistas, integrantes da Prelazia da Igreja Católica em São Félix do Araguaia, além de indígenas Xavante.

"Aglomerados no Posto da Mata com incentivo, apoio e financiamento de grandes fazendeiros e políticos da região, um grupo de posseiros decidiu resistir de todas as formas possíveis ao cumprimento da ordem judicial. A partir daí, uma série de fatos criminosos se sucederam, todos promovidos pela associação criminosa denunciada, visando impedir de todas as maneiras a ação dos órgãos federais que auxiliaram a Funai no plano de desintração da Terra Indígena", esclarece o Ministério Público Federal no texto da denúncia.

Durante as tentativas de reocupação, a intenção dos líderes do grupo responsável pelas sucessivas invasões era convencer a opinião pública de que o retorno do povo Xavante ao seu território tradicional prejudicava supostos direitos de pequenos produtores rurais e famílias humildes. As investigações em curso, contudo, demonstram que se tratava, na verdade, de uma ação articulada com o objetivo de manipular grupos populares para

defender os interesses de grandes produtores rurais e políticos da região, que tinham fazendas dentro dos limites de Marãiwatsédé.

As investigações já realizadas evidenciaram que os populares que participaram de diversos atos, alguns de caráter criminoso, eram cooptados pela organização, que mobilizava famílias de outras cidades transportando-as, com todos os seus pertences, para dentro da Terra Indígena. Os invasores recebiam apoio logístico, lonas e alimentação do grupo criminoso, que lhes prometia ainda glebas de terra no interior da área indígena.

"As manifestações e os crimes dela decorrentes foram efetivamente orquestrados, coordenados, financiados estimulados pela associação criminosa da qual fazem parte todos os denunciados, conforme comprovado nos autos e cabalmente demonstrado na análise de cruzamento de ligações telefônicas", afirma o MPF.

Ainda de acordo com a denúncia, o grupo criminoso não somente cooptava pessoas para ingresso e instalação no interior da terra indígena, mas também impedia que ocupantes saíssem da área, promovendo, por consequência, sequestro em massa ao privar pessoas do exercício da sua liberdade de locomoção. Em diversas oportunidades, ficou demonstrado que o grupo criminoso impediu a saída de posseiros da área, ameaçando queimar veículos e gado de ex-posseiros que tentassem sair da região.

De acordo com a denúncia do MPF, com base nas investigações da Polícia Federal, com as sucessivas derrotas judiciais que confirmavam que se tratava de terras indígenas, a Associação dos Produtores Rurais de Suiá-Missú – Aprosum – passou a incentivar abertamente a prática de ações criminosas para impedir a desintrusão. A associação criminosa recebia recursos de apoiadores de outros Estados para financiar suas atividades, de modo a inviabilizar o acesso de índios aos seus territórios.

Para o MPF, o caráter criminoso das ações desenvolvidas pela Aprosum ficou evidente quando a associação passou a atuar contrariamente aos interesses dos associados mais humildes, que possuíam perfil para serem beneficiados pela programa nacional da reforma agrária, para servir aos interesses dos dirigentes da associação e de grandes fazendeiros que ocuparam o território indígena.

Caiado pede mobilização popular para que Congresso vote impeachment. José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo, Política. 19/09/2015

Senador do DEM diz que 'não haverá dificuldade em obter adesão popular, porque brasileiros perderam a confiança na presidente'

CAMPINAS- O senador Ronaldo Caiado (DEM/GO) disse neste sábado, 19, que a frente pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) está iniciando uma mobilização popular para convencer os deputados a votarem pela cassação da presidente. O requerimento encaminhado pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Junior deve ser votado no dia 6 de outubro, segundo o senador. "Para iniciar o processo precisamos de 342 deputados, por isso iniciamos uma mobilização para que o povo brasileiro entre na luta."

Ele acredita que não haverá dificuldade em obter adesão popular ao impeachment. "Você tirar a governança da corrupção e da propina e instalar uma governança da

competência e da seriedade faz toda a diferença na vida das pessoas. O brasileiro perdeu a confiança na presidente da República e qualquer medida que ela apresente vai ser recebida com panelaço."

Caiado não quis fazer projeções de números. Ele acredita que os votos necessários dependem da pressão popular para um aumento de simpatizantes à tese do impeachment entre os parlamentares. "É o momento de colocar o fermento na massa." O senador participou da abertura do 4º Fórum Nacional de Agronegócios, em Campinas, e disse que o setor perdeu a confiança na recuperação da economia. "O fato de o governo não ter credibilidade aumenta o custo do crédito, do seguro rural. O momento é de cautela."

Deputado estadual do PC do B chama índios de 'bando de veadinhos'. Diego Emir – O Estado de São Paulo, Política. 21/09/2015

Fernando Furtado participava de encontro promovido por entidades ligadas ao agronegócio

São Luís - Indígenas da terra Awá-Guajá foram vítimas de ataques verbais do deputado estadual maranhense Fernando Furtado (PCdoB). O parlamentar participava de uma audiência pública no município de São João do Caru no dia 4 de julho, organizada pela CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil) e pela FAEMA (Federação de Agricultura e Pecuária do Maranhão) para discutir a desintrusão de terra por parte de produtores rurais. Foi quando chamou índios de 'bando de veadinho'.

"Lá em Brasília o Arnaldo (Lacerda) viu os índios tudo de camisetinha, tudo arrumadinho, com flechinha, tudo um bando de veadinho. Tinha uns três lá que eram veado que eu tenho certeza, veado. Eu não sabia que tinha índio veado, fui saber naquele dia em Brasília, tudo veado. Então é desse jeito que tá, índio já consegue ser veado, boiola, e não consegue trabalhar e produzir? Negativo!". O deputado disse ainda que "índio diz que não sabe plantar arroz, então morre de fome, desgraça, é a melhor coisa que tem, porque não sabe nem trabalhar".

Procurado pela reportagem, Furtado reconheceu que se excedeu em suas falas e disse que 'às vezes palavras são ditas em um momento de explosão'. E disse que não tem um comportamento preconceituoso. "Às vezes a gente se zanga e acaba sendo interpretado errado. Não tenho nada contra índio, contra homossexualismo, sempre respeitei, agora é lógico que tem momentos que a gente se extrapola", defendeu, colocando-se da posição de alvo de uma campanha difamatória por estar na linha de frente de defesa do governo estadual.

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PC do B) afirmou, por meio de sua conta pessoal do twitter, que "discordo de qualquer discurso nessa linha". O secretário de Direitos Humanos, Francisco Gonçalves (PT) e o presidente do PCdoB no Maranhão, Márcio Jerry, foram procurados, porém ambos não responderam ao contato.

Preços de hortaliças apresentam queda no atacado – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 24/09/2015

Após registrarem alta no mês de julho, os preços das principais hortaliças comercializadas no país no atacado apresentam tendência de queda. É o que aponta o 6º Boletim Prohort de Comercialização de Hortigranjeiros nas Centrais de Abastecimento

(Ceasas), divulgado nesta quinta-feira (24) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A estabilidade da oferta e a qualidade da alface ofertada impulsionam a diminuição dos preços comercializados no mercado atacadista. Os entrepostos de Belo Horizonte, Goiânia e Rio de Janeiro, no entanto, registraram comportamento diferente dos demais no mês de agosto. Nesses locais a hortaliça registrou alta nos valores devido a problemas pontuais de abastecimento.

Outra hortaliça que oferece boa oferta e qualidade é a cenoura. O produto apresenta queda em todos os entrepostos pesquisados, impulsionada pela produção de inverno principalmente de Minas Gerais. O comportamento de queda também pode ser verificado para a cebola, embora os preços continuem mais altos do que no mesmo período em 2014. Isso se deve a uma menor oferta da safra nacional uma vez que, com os baixos preços registrados no ano passado, os produtores se sentiram desestimulados e reduziram a área plantada.

A batata e o tomate também registraram queda nos preços de agosto. Enquanto a batata apresenta tendência de alta para setembro, o tomate mostra quadro indefinido. A crise hídrica tem afetado os custos de produção e a área de plantio, o que pode pressionar os preços.

Frutas - Assim como as hortaliças, as frutas também apresentam, em sua maioria, queda nos preços. Diferenciam desta tendência banana e melancia.

A banana não registrou comportamento uniforme, com baixas registradas nos entrepostos de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Vitória e alta em São Paulo, Goiânia, Brasília e Curitiba. Para setembro, a variedade nanica deverá apresentar boa oferta, no entanto a prata tende a ter problema de qualidade do produto, uma vez que a produção foi afetada pelas condições climáticas.

Já a melancia, mesmo com a alta apresentada, registra valores comercializados menores do que em 2014. A fruta tende a registrar arrefecimento nos preços nos próximos meses, a partir da intensificação da colheita. Maçã, laranja e mamão tiveram comportamento de queda. Destaque para laranja que nos próximos meses deve apresentar aumento na oferta, mas os preços devem ser pressionados pela maior procura do setor industrial.

O levantamento de preços nos mercados atacadistas é feito por meio do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), executado pela Conab, e considera a maioria dos entrepostos localizados nos estados de Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná.

Impeachment não pode ser feito com adjetivação, diz ministra Kátia Abreu.
Natuza Nery – Folha de São Paulo, Poder. 28/09/2015

Um dos raros quadros do PMDB que permanece fiel à presidente da República, a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, 53, defende o mandato de Dilma Rousseff dizendo que impeachment deve ser feito com "substância", não com "adjetivação".

"Só vejo adjetivação, porque a presidente não gosta do Congresso, porque é impopular, porque briga, etc.", declara a peemedebista, porta-voz do agronegócio no governo federal. "Ninguém nunca ouviu dizer que ela tenha furtado uma caneta BIC."

Em entrevista à Folha, a ministra afirma que a deposição não resolveria os problemas da economia. "E, no dia seguinte, viria a frustração, porque nada seria modificado com rapidez, sem dor, como num passe de mágica. Não tem Hollywood nem país das maravilhas."

Contra o rótulo de novata imposto por alguns de seus correligionários, a titular da Agricultura dispara. "Não sou oferecida", mas também "não quero ser tratada a vida inteira como cristão-novo".

Kátia Abreu defende Michel Temer. Garante que ele não conspira para derrubar Dilma. "A suspeição disso o deixou muito abatido." Mas reconhece que amigos do vice-presidente andaram, sim, fazendo complôs aqui e ali.

Para ela, basear o impeachment em popularidade é um risco político. "Se fizermos uma pesquisa com os governadores e prefeitos, devido à dificuldade financeira que se encontram, talvez não sobrasse nenhum."

Em uma recente viagem, a ministra pediu à chefe recomendações de livros para ampliar sua cultura. Ao receber a lista bibliográfica, soltou uma frase que fez Dilma cair na risada. "Se eu ler tudo isso não vou virar comunista, né?" E logo emendou: "Sou de direita desde que nasci".

*

Folha - Seu nome foi cotado para a Casa Civil. Foi convidada?

Kátia Abreu - Não sei de onde isso surgiu nem para onde foi. A presidente nunca tocou nesse assunto comigo.

O PMDB se apressou em dizer que a sra. não seria indicação do partido. Não sou uma intrusa, tampouco oferecida. Eu fui para o PMDB com um convite especial de pessoas que eu gosto muito no partido, começando pelo presidente Michel Temer, Renan Calheiros, Valdir Raupp, Romero Jucá. E disse que não queria ser tratada a vida inteira como cristã-nova. O PMDB às vezes têm pessoas filiadas há dez anos e continuam com esse carimbo. Sei que quem chega por último não senta na janela. Não quero passar por cima das lideranças já consolidadas do meu partido, mas também não sou uma mulher amordaçada ou encabrestada. Não preciso de autorização de ninguém para fazer política.

Quem a critica?

Não sei. Isso para mim é como se fosse política feita no metrô, subterrânea. Eu só sei fazer política à luz do sol, na superfície. Essas pessoas que fazem isso são infelizes, invejosas, que estão em posições inferiorizadas. De certa forma, me envaidece. Ninguém joga pedra em fruta podre. Se estão jogando pedra em mim é porque a fruta está bonita, não tem mosca.

Boa parte do seu partido defende o impeachment...

O impeachment, em primeiro lugar, é um instrumento que está na Constituição. O que está sendo atropelado são os seus procedimentos. Impeachment não pode ser com adjetivação, tem que ter substância. Só vejo adjetivação, porque a presidente não gosta do Congresso, porque é impopular, porque briga, etc. A presidente pode ter muitos defeitos, todos temos, mas ninguém nunca ouviu dizer que ela tenha furtado uma caneta BIC. É isso o que me aproxima dela, a sua honestidade.

Dá para assegurar que o impeachment não logrará?

Tenho confiança no país e no meu partido. O partido das Diretas, da redemocratização, que o país todo reconhece. Tenho certeza que o PMDB não praticaria um ato de impeachment com adjetivos. Se tivesse substantivos, sim. Pode ter havido contrariedades, dissabores, erros que podem ter sido cometidos pelo governo, mas acho que isso tudo está sendo restabelecido. Não fizeram no auge da crise, quando tinha todo aquele mau humor. Não fizeram porque eles sabiam que ela não merecia isso, que não era justo com quem não praticou nenhum ato ilícito.

Como enfrentar a crise com popularidade tão baixa?

Não podemos basear impeachment em popularidade. Se fizermos uma pesquisa com os governadores e prefeitos, devido à dificuldade financeira que se encontram, talvez não sobrasse nenhum.

O vice-presidente conspira pela queda?

Eu conheço o Michel o triplo de tempo que eu conheço ela. Ele jamais seria capaz de uma infâmia, de manchar o seu nome. A suspeição disso o deixou muito abatido. Também não quero negar e fazer vista grossa para alguns que se dizem amigos [do vice] que sonhavam com isso. Alguns que estão sem espaço, que têm seus interesses feridos, de certa forma fizeram uma torcida, barulho na imprensa, e isso fez com que alguns pudessem imaginar que o Michel tivesse apoiado. Tenho convicção de que não é verdade.

Fala dos ex-ministros Moreira Franco e Geddel Vieira Lima?

Não gostaria de citar nomes para não ser injusta com ninguém. Mas existiu um sentimento de alguns que gostariam de ver o Michel na Presidência, mas muito mais interessados no próprio umbigo deles. Com um impeachment, nada seria mudado num passe de mágica e sem dor. Um país com US\$ 380 bilhões [na verdade, são US\$ 370 bilhões] de reservas internacionais não quebra. Nós temos toda a condição e saúde econômica para superar a crise. Não tem mágica. Um impeachment seria traumático para o país, para o emprego e para as empresas. E, no dia seguinte, viria a frustração, porque nada seria modificado com rapidez, sem dor, como num passe de mágica. Não tem Hollywood nem país das maravilhas. Não estou negando as dificuldades. Mas tudo o que fizermos agora, temos de olhar para um único caminho: diminuir os níveis de desemprego. Nada é mais importante que isso.

Como é sua relação com a presidente?

A maior surpresa que tive foi com o nível intelectual dela, porque ela não aparenta, ela não exhibe isso. Brinquei com ela que estava começando a achar muito chique ser

intelectual e pedi indicações de livros. Eu não tive tempo [na juventude]. Tinha de ler muito sobre agropecuária. Quando meu marido morreu, eu tinha 25 anos de idade, me deixou uma fazenda. Eu não sabia a diferença entre um boi e uma vaca. Tinha de optar. Ou seria culta ou me enterraria nesse assunto [agronegócio] para ser boa.

Que livro ela recomendou?

Brinquei com ela. Ela deu uma lista. Perguntei: se eu ler esse tanto de livro aqui eu não vou virar comunista, né [risos]? Disseram que não tinha perigo. Estou lendo Casa-Grande & Senzala [de Gilberto Freyre]. A presidente Dilma sempre pergunta. Você é de direita? Eu respondo: sou de direita desde que nasci.

Meu sonho era ser psicanalista. Quando o pai dos meus filhos faleceu [o avião que ele pilotava caiu próximo à propriedade da família], estava grávida do terceiro e no último ano de faculdade. Tive de aprender tudo, até a dirigir trator. Não tinha gerente na fazenda. Aprendi. Depois me elegi presidente do sindicato, até ser chamada a me filiar no PFL.

A presidente está emocionalmente bem?

É admirável o controle dela. Não significa que está alegre. Continua valente, brigona, aquele jeito dela, mas você não percebe que ela esteja um tom a mais nervosa por causa da crise.

Prende se candidatar à Presidência em 2018?

Olha, já estive pensando muito nesse processo para 2018. É a mesma coisa de você estar voando de avião, sem radar, e o tempo estar nublado, sem visibilidade. Acho 2018 muito distante. Mesmo porque, a minha vida, sempre foi feita muito no curto prazo. Nunca projetei o Ministério da Agricultura quando fiquei viúva. Naquele tempo minha vontade era sair no "Globo Rural", era meu sonho. Entrei no sindicato, fui para política. Agora, Presidência da República, sinceramente, não está na minha meta.

Coordenador
Sergio Leite

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Secretária
Diva de Faria

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa